

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CATEGORIAS RURAL E RURALIDADE EM SUAS DIMENSÕES DE CONHECIMENTO¹

Pedro Paulo Biazzo²

Resumo

O presente artigo parte de uma seleção de autores que forneceram importantes contribuições acerca da construção da idéia de “rural” como categoria científica e busca mapear seus usos e sentidos, dentro de uma perspectiva transdisciplinar. Destacam-se autores franceses e alemães, além de alguns dos mais importantes autores brasileiros que recentemente vêm buscando debater as expressões rural e ruralidade, ou que delas se utilizaram de modo destacado.

Palavras-chave: Rural; Ruralidade; Pensamento Social.

Abstract

This article presents a selection of authors that provided important contributions to the construction of “rural” as a scientific conception and aims to trace its uses and senses, by a transdisciplinary perspective. French and german authors are standed, besides some of the most important brazilian authors, which has been recently debating expressions such as “rural” and “rurality”, or either use them on different meanings.

Keywords: Rural; Rurality; Social Studies.

¹ O presente artigo foi desenvolvido através da elaboração do trabalho final da disciplina “Tópicos Especiais em Relações de Trabalho no Campo”, ministrada pela Professora Maria José Carneiro, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ. Foi gerado não como leitura exclusivamente minha, porém muito influenciado pelas observações da professora. As notas tomadas ao longo do semestre foram importantes fontes, além de idéias trocadas com os colegas Cleyton, Nilce, Rita e Salomé. Deixo registrado a todos um agradecimento especial.

² Mestrando em Geografia pela UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, orientado pelo Prof. Glaucio José Marafon. Bacharel e Licenciado em Geografia pela UERJ e Professor do Colégio Pedro II.

Artigo encaminhado para publicação em abril de 2008.

Artigo aceito para publicação em maio de 2008

Introdução

A dualidade faz parte da cultura Ocidental, estrutura nosso pensamento, nossa maneira de classificar o mundo. A dualidade conceitual se refere ao esquema explicativo sustentado em categorias que não têm conteúdo em si próprias, ou seja, não têm valor heurístico, são genéricas demais e caem na tautologia, no pensamento circulante, onde há uma reificação das oposições e não se acrescenta conhecimento. Como aponta Martins (1981), dualidades entre as categorias natureza e sociedade, tradicional e moderno, rural e urbano, por exemplo, vêm sendo amplamente reproduzidas nas ciências humanas e o uso de tais expressões geralmente é desacompanhado de uma visão crítica.

Como construção da modernidade, a idéia de rural pode se encaixar no contexto do autêntico, do ar livre, do mais saudável, num movimento de resistência ao urbano e à industrialização. Pode, ao contrário, ensejar imagens negativas, ligadas à ausência do desenvolvimento, ao conformismo, à ignorância e à limitação. Raymond Williams (1989) já demonstrava em seu clássico estudo que o sentido de rural e urbano é tão variável na sociedade e também no âmbito acadêmico, que seu conteúdo despista e nada esclarece.

Em cada ramo das ciências humanas o rural parece ter se cristalizado com um sentido próprio, destinado a atender aos métodos e temas por elas destacados. Na geografia, por exemplo, predomina uma visão de rural como tipo de espaço ou paisagem; na sociologia, como modo de vida; na economia, como agrícola, lugar de atividades produtivas específicas ligadas diretamente à terra. Deste modo, quando a sociologia rural e a geografia agrária se delinearão como campos de saber específicos, o rural era encarado como espaço material, visualmente identificado. Mais recentemente, admitiu-se que o rural estaria combinado com o urbano, difuso no espaço e no tempo. Mesmo assim, foi apenas a partir dos anos 80 e, principalmente nos anos 90, que a categoria foi analisada criticamente por cientistas franceses, alemães e também brasileiros, entre outras nacionalidades, que fizeram distinções cruciais a respeito de seu uso. Acerca destas distinções desenvolvem-se debates que se pretende apresentar neste trabalho.

Por entre toda esta discussão acerca do rural como categoria e do rural como expressão concreta no espaço e nas sociedades emerge, no entanto, em meados da década de 80 um outro termo: ruralidade. Categoria extremamente maleável, a idéia de ruralidade surge no contexto de reapropriação

do rural e construção de uma identidade. Para muitos autores, a ruralidade é maneira de viver o rural, que varia em função do contexto que se analisa. Através dela comumente se questiona sobre como os atores sociais vivenciam seu espaço e, provavelmente devido à inúmera diversidade de atores, é muito comum a referência às “ruralidades”, no plural.

O debate sobre as ruralidades é porta de entrada para a revalorização de diversas questões, como a do fim do campesinato, a urbanização do/no campo, o fim do rural pré-capitalista e a idéia de transformação do “continuum” (Redfield, 1956), que ainda estaria sustentada nos dois pólos, rural e urbano.

Outra expressão que surge recentemente como contraponto à idéia de ruralidades é a de “urbanidades” (Rua, 2000 e 2002), cuja análise mais aprofundada estará fora dos objetivos deste texto. Porém, vale ressaltar que não se discute se as urbanidades estão desaparecendo ou não e, provavelmente devido a isso, a noção de ruralidades esteja mais em voga e seja muito mais acionada.

Sendo assim, o objetivo principal do presente trabalho é o de verificar como e em que medida a noção de rural pode ser utilizada, através de uma reflexão geral acerca de seus limites e potencialidades. Para tanto, é necessário ter o cuidado de não utilizar o rural como adjetivo essencialista; o rural como categoria classificatória não tem valor de adjetivação algum, não especifica nada (Remy, 1989). Secundariamente, procura-se mapear diferenças entre as categorias rural e ruralidade, buscando evidenciar como os principais autores estão debatendo entre si.

Outras questões norteadoras, que devem ser mantidas em perspectiva, dizem respeito à conotação assumida pelas categorias rural e ruralidade no Brasil. Estarão elas sendo encaradas do mesmo modo que na França (país de onde se originam importantes contribuições a respeito do tema)? Mais do que isso: faz sentido falar em novas ruralidades no Brasil? Embora tentar respondê-las resultaria provavelmente em um esforço inútil, devido à diversidade de idéias ainda em vias de consolidação teórica, não devemos perdê-las de vista.

Para cumprir com os objetivos traçados, foi necessário buscar fundamentos teóricos em Corrêa (2002). Este autor esclarece que a pluralidade conceitual é inerente às ciências humanas e, devido a isso, é preferível tratar rural e ruralidade não como conceitos, mas como categorias, já que seu conteúdo, o significado teórico que adquirem é variado e se expressa de modo diferenciado em cada

autor que delas se utiliza. Assim ocorre com inúmeros conceitos-chave como, por exemplo, o de valor na economia, o de cultura na antropologia e os de região e território na geografia.

Corrêa (2002) identifica que todas as categorias possuem três dimensões de conhecimento indissociáveis, sempre presentes com maior ou menor destaque, dependendo de seu uso: a dimensão ontológica, que se refere à natureza do ser, sua gênese e seus atributos; a dimensão epistemológica, que diz respeito ao processo de reconhecimento intelectual de uma categoria, revela como ela se encaixa em uma teoria mais ampla; e a dimensão metodológica, que se refere ao prático, ao operacional, às formas de utilização desta categoria.

O Rural em Face da Modernização e da Cultura

Para compreender o desenrolar dos debates acerca da categoria rural, parece válido começar pelo resgate de autores já clássicos da sociologia rural, como Henri Léfèbvre e Henri Mendras, ambos fundamentados no marxismo. Já nos anos 50, destacavam a modernização associada à urbanização, processos que estariam levando ao fim do rural.

Léfèbvre (1970) não fazia distinção entre rural e agrícola como Mendras (1969) e desenvolveu uma análise mais histórica, onde dialogava com evolucionistas, argumentando a favor das discontinuidades da história. Por isso o rural poderia reaparecer no futuro. Para tanto, destacava a idéia de comunidade rural como forma de organização social que reaparece diferentemente em cada modo de produção – senão, como explicar que ela se mantenha por tão longo período de tempo? Léfèbvre não percebia a sociedade rural como autônoma, embora fosse perceptivo quanto às diversidades da história. Falava de relações entre formas de forças produtivas diferenciadas pela maneira de produzir e não era calcado na perspectiva de estudar comunidades rurais.

Mendras, por sua vez, associava campesinato à comunidade aldeã, ou rural, baseado não apenas em um viés marxista, mas também no clássico autor da antropologia, Robert Redfield (1956), que desenvolvera um enfoque centrado no estudo da cultura e das comunidades. Mendras se vale da idéia de continuum rural-urbano e da densidade demográfica como base para a definição de rural e, assim como Redfield, encara a cidade como modo de vida, mais do que como espaço que abriga um modo de vida. Outra influência sobre Mendras foi a do historiador Marc Bloch, que afirmava que na antiguidade

não havia comunidades rurais, o campo era disperso e não havia oposição campo-cidade, nem campesinato, pois estes só teriam passado a existir de fato no feudalismo.

Ao contrário de Léfèbvre, que construía uma idéia de modernização baseada nas forças produtivas, Mendras destacava a modernização baseada na técnica. Porém confirmava que a modernização traria a urbanização do campo, que deixaria de ser rural e atrasado. As obras de Mendras e de Léfèbvre caracterizam exemplos de algumas das ambigüidades básicas da sociologia rural, apontadas por Martins (1981). Ambigüidade presente, principalmente, na construção de um objeto que figura, em seu pensamento, como algo em vias de desaparecimento, em vias de destruição.

Um dos autores que mais avançou, ainda nos anos 60, acerca de alternativas para a construção do rural como categoria foi Rambaud (1969). Realizando estudos de comunidades, Rambaud elabora uma etnografia de aldeias e a discute à luz do processo de urbanização, afirmando que não se pode reduzir a oposição cidade-campo como uma oposição espacial, já que aquilo que os caracteriza não é o espaço, mas os grupos sociais que os compõem. Não fala de cultura camponesa, mas de cultura rural, que pode conviver com a urbana, em um mesmo espaço. Rambaud segue a idéia de difusão cultural (e de desregramento da sociedade), em que um modo de vida pode ser destruído ou pode conviver com a urbanização. Do contato com a cidade, surgem novos grupos sociais. Cabe destacar que o enfoque de Rambaud é funcionalista e não se define quanto à questão da disseminação total da urbanização, presente em Mendras e Léfèbvre.

Assim como Rambaud, autores alemães da década de 90, como Pongratz (1990) e Bodenstedt (1990) também são culturalistas, porém ao invés de ressaltarem os estudos de caso e as particularidades, caem em generalidades. Além disso, realizam estudos fora da perspectiva da comunidade e que rompem com as idéias de Redfield, acusando-o de não se libertar de dualidades e reificar oposições. A perspectiva cultural reduz a ênfase da dimensão econômica e distingue rural de agrícola, pois se preocupa com relações sociais e valores, mais do que com a técnica. Há uma idéia de culturas que não são passivas, incorporam valores e se modificam, embora sejam qualificadas como tradicionais.

Desta forma, Pongratz não ressalta espaços ou grupos sociais. Para ele a cultura rural inclui valores assim como a urbana. Já Bodenstedt traz uma idéia de cultura rural menos generalizante que a

de Pongratz, porém ambos acabam sendo dualistas, vinculando o rural à natureza e o urbano à artificialidade. Em seus estudos, a cultura rural por fim é identificada com o campesinato e com a organização familiar da produção. Bodenstedt associa rural a cultura alternativa, inserindo-o no contexto da crise da modernização, dos gastos elevados com a superprodução, num modelo insustentável ambientalmente. Vale ressaltar que enquanto Mendras e Léfèbvre questionavam o lugar do rural na modernização, Pongratz e Bodenstedt questionam acerca de como o “antigo” pode trazer respostas, diante da crise da modernização.

Desde o início da sociologia rural, os modos de vida são encarados majoritariamente como formas de cultura (Martins, 1981). Entre os autores brasileiros que se aproximam dessa abordagem de rural como categoria cultural, destaca-se Wanderley (2003), que sustenta que o rural é um modo de vida, através do qual os indivíduos enxergam a si mesmos e o mundo à sua volta. A autora reflete sobre a idéia de “mundo rural”, um universo que não é isolado mas que carrega especificidades, buscadas através da história, acreditando no rural como formação sócio-histórica concreta.

Tal perspectiva culturalista vem sendo criticada por autores europeus, como Mormont (1997) e brasileiros, como Carneiro (2003), porque a cultura pode ser abordagem para o rural, assim como para qualquer universo social, mas não há como definir uma cultura rural, como adjetivá-la desta forma. As características objetivas indicativas do rural são tão variáveis, que se torna impossível especificá-las em generalizações.

O Rural Como Categoria Construída pelos Agentes Sociais

Ainda em meados dos anos 80, outro autor francês, Jean-Claude Chamboredon (1985) escrevia sobre “percepções rurais” ou “percepções simbólicas do rural”. Analisava as conseqüências do debate ecológico e mudanças dos usos sociais do território. O rural era apontado por ele como lugar de produção, não de bens econômicos, mas de bens simbólicos. Tal afirmação precisa ser relativizada, por ser especificamente válida acerca da conjuntura francesa. Chamboredon trabalhava com a idéia de campo como modelo de natureza socializada, onde a cultura é pensada como algo do passado. Afirmava que o turismo alimenta “encenações” devido à coexistência de diferenciados sistemas de

valores: cenas do urbano e, também, o rural como cena urbana. As cenas por ele analisadas estariam ligadas ao processo de urbanização temporária e de ruralização parcial ocorridos na França de então.

Em seu pensamento, destaca-se o fato de não encarar cidade e campo como sistemas distintos. Por isso, apesar de usar a noção de continuum de Redfield, avança ao interconectá-la, afirmando que o modo de vida rural pode se reproduzir no urbano e vice-versa. Não escreve sobre sistemas sociais ou características sócio-econômicas. Chamboredon coloca o território como fruto de conflitos e nisto reside sua diversidade: o território mostra diferentes maneiras de demonstrar a apropriação de costumes antigos e não de tradições. Tal perspectiva está diretamente calcada em Hobsbawn (1984), que diferencia costume de tradição. O primeiro é mutável, mais fluido e dinâmico; a segunda é noção com amplo sentido político que, porém, está sujeita a ressignificações. Nessa concepção, o rural não é tradicional, mas incorpora costumes de outras épocas.

Uma nova forma de se pensar o rural, no entanto, surgiu alguns anos depois do trabalho de Chamboredon aqui comentado. Através de significativas contribuições, autores como Marc Mormont (1989) e Jean Remy (1989), estabeleceram uma distinção fundamental para uma utilização metodologicamente consciente das categorias rural e ruralidade: a distinção de rural e urbano como categorias analíticas ou como categorias operatórias. Ambas devem ser encaradas como construções sociais e históricas e que, portanto, estão em movimento.

Estes autores afirmam que a força da classificação “rural” e “urbano” é tão grande, que a sociedade não abre mão do uso das mesmas. Como continuam atuando nas sociedades, são integrantes de seu “habitus” (Bourdieu, 2002), ao mesmo tempo são estruturais (compõem a base) e estruturantes (ajudam a estruturar). Por isso são categorias operatórias, servem à sociedade de fato em sua práxis. Como resultado de uma construção social, a noção de rural não deve ser naturalizada. Carneiro (2003) promove uma aproximação entre a categoria operatória de Remy (1989) e a “categoria realizada”, ou instrumentalizada, de Bourdieu (2002), posto que nas duas denominações trata-se de um instrumento para operar a realidade³. Encaradas deste modo, categorias como “rural” e “família” são

³ Cabe também distinguir operatória de “operacional”, já que a primeira constrói uma imagem (uma visão da realidade), enquanto a segunda serve para o uso em si.

Artigo encaminhado para publicação em abril de 2008.

Artigo aceito para publicação em maio de 2008

desmistificadas, já que haviam ganho um “poder simbólico” (Bourdieu, 2002), um referencial que não é colocado em questão.

A idéia de rural está presente no discurso científico em geral e é apropriada principalmente nos discursos sociológico, geográfico e econômico, com o tempo adquirindo status de categoria analítica. Mas como utilizá-la deste modo? Em torno da mesma ocorre a criação de um campo de possibilidades discursivas que não consegue se desvencilhar do senso comum ou do *modus operandi* discursivo – *doxa* ou pressupostos indiscutíveis consolidados. Da categoria analítica, geralmente acaba-se descambiando para a operatória, dentro mesmo do que parece ser um “vício” ou, melhor dizendo, algo como um reflexo condicionado nas práticas discursivas dos pesquisadores. Mormont esclarece que para entender o rural como categoria analítica é preciso enxergar que a sociedade não é dividida, é uma só, mas que nela há discursos hegemônicos.

De qualquer modo, transformar a categoria operatória em analítica é tarefa complicada porque é necessário utilizá-la apenas em um único sentido que, por sua vez, será necessariamente fruto de alguma interpretação. Em sua análise, Remy e Mormont afirmam, por exemplo, que um discurso pode ser assumido pelos atores sociais rurais mas pode ser forjado por atores urbanos. Porém as transformações na realidade podem reforçar ou enfraquecer o discurso, o que alterará o rumo da mudança social. Trata-se de um amplo processo de disputa de poder, onde o que está em jogo geralmente é a legitimidade do rural.

Sendo assim, entender os processos de mudança na sociedade (rural) contemporânea requer a construção da categoria pelos atores sociais. Como ela se constrói? Mormont mesmo assim escreve a respeito de “propriedades estruturais” associadas ao rural, porém reconhece que estas variam conforme a representação, não são parâmetros estáticos. Já Remy opta por destacar a noção de localidade como ponto comum que inclui a especificidade do rural e do urbano, ou seja, se não trata o espaço como substantivo para os adjetivos rural e urbano, por outro lado ressalta que tais adjetivos possuem intrinsecamente uma referência ao espaço e, através da localidade, constrói-se uma possibilidade de recorte espacial. A partir desta percepção espacial em que a interação dos atores determina os territórios e se cria uma dimensão ao mesmo tempo estrutural e estruturante, Remy utiliza a idéia de “sociologia da ação”. Nela, o que define o espaço são as relações entre os atores, sua disputa de

interesses pelo uso do espaço, calcada em diferentes idéias que associam o rural à natureza - o conservadorismo, o desenvolvimento regional, o turismo e a associação com o lazer são três exemplos diferenciados que encerram finalidades conflitantes neste uso.

Rural e Urbano Como Conteúdos de Formas no Espaço

É preciso reforçar, portanto, o que há de marcada diferença nesta perspectiva de Mormont e Remy: suas opções por ressaltar a idéia de localidade não levam o rural (ou o urbano) a serem encarados como tipos de espaço. Rural e urbano são qualidades das relações sociais e, por isso, trata-se de “rural e urbano no local” e, não, “um local como rural ou urbano”. Remy e Mormont fornecem respostas diferenciadas, por exemplo, à perspectiva de Mendras, no sentido de que não é necessário que haja o fim do rural devido à modernização, pois ambos podem conviver nos mesmos locais, nas práticas dos mesmos atores sociais.

Idéias semelhantes encontram-se sugeridas, embora não totalmente esclarecidas teoricamente, na obra de Milton Santos e de tantos outros geógrafos por ele influenciados a partir dos anos 90 no Brasil. Embora o objetivo do autor não fosse o de debruçar-se sobre as categorias rural e urbano, em alguns de seus estudos como *A Urbanização Brasileira* (Santos, 1994), ou *Metamorfozes do Espaço Habitado* (Santos, 1988), há a clara opção por considerar cidade e campo como formas no espaço, enquanto rural e urbano especificam o conteúdo social destas formas. Deste modo, expressões como “espaço agrário”, “espaço rural” ou “espaço urbano” deixariam de ser utilizadas indiscriminadamente, na medida em que o uso do território pode ser agrícola e o mesmo pode conter traços de sociabilidade adjetivados de rurais, de acordo com a visão de cada autor, porém sem torná-lo especificamente rural.

Parece, portanto, haver correspondência entre estas idéias e os esclarecimentos de Mormont e Remy. Porém estes encontram forte oposição em autores ligados à economia política e à chamada “sociologia da agricultura”, cuja abordagem teórica já fora analisada por Sergio Schneider (1998). Tal embate de idéias é mais marcante em relação a Hoggart e Paniagua (2001). Para eles a acumulação capitalista continua apresentando os mesmos padrões e não se deve apontar mudanças que não ocorreram, já que o local pode mudar, sem que haja mudanças na esfera global. Hoggart e Paniagua optam por uma interpretação que não admite sequer a existência de um pós-industrialismo ou pós-

fordismo. Por isso não estaria acontecendo uma mudança estrutural no campo, já que o consumo não estaria definindo a produção. Entretanto, enquanto Mormont e Remy discutem maneiras de enxergar o rural, ou seja, versam sobre a reestruturação da sociologia rural, Hoggart e Paniagua, além de outros autores ligados à economia política, estão olhando para a realidade, especialmente para os processos econômicos, admitindo que existe uma realidade dada dentro da qual buscam analisar uma possível reestruturação do rural. Deste modo, embora Hoggart e Paniagua critiquem a teoria, refletem acerca de um suposto rural “concreto”, não considerando os olhares sobre o rural.

A Idéia de Ruralidades e o Rural como Representação

O viés de Mormont e Remy, portanto, acrescentou novas luzes sobre a categoria rural. Porém, paralelamente ao debate acerca do rural como construção teórica, ganha cada vez mais força a idéia de ruralidade. Retomando um dos questionamentos previamente enunciados, o que os pesquisadores apontam sobre a diferença entre rural e ruralidade?

Em parte, parece claro que a idéia de ruralidade surge com tanta força devido ao fato de que a perspectiva de uma “urbanização do campo”, desenvolvida principalmente por pensadores marxistas, levou a idéia de rural a ser encarada como “um meio (social ou espacial) estático”, não transformado, atrasado em face da modernização. A idéia de ruralidade(s) se refere ao processo social, diz mais sobre o rural no processo de transformação e faz referência não exatamente a um espaço ou a um modo de vida, porém às “manifestações do rural” (Carneiro, 2003). A novidade está em incluir o urbano no rural (e vice-versa) tendo a consciência de que um é pensado a partir do outro. Moreira (2002) acrescenta a isso o fato de o rural ter sido parte do “projeto da modernidade” e, claramente, a idéia “hegemônica” acerca do rural está profundamente ligada a visões sociais constitutidas no meio urbano-industrial europeu.

De volta a Mormont (1997), podemos encontrar outra explicação sobre a emergência da categoria ruralidade. Trata-se também de uma tentativa de responder ao dilema colocado pela separação homem-natureza, na qual surge outra percepção do campo, correspondente a um resgate

urbano da natureza, ligado a um modo de vida que para a sociedade urbana é “alternativo” e que poderia servir de base para um outro “desenvolvimento”⁴.

Recentemente, importantes autores franceses como Kayser (1996), Jollivet (2001) e o próprio Mendras, confirmaram que há uma outra ruralidade, urbana e não-agrícola, ligada aos “neururais”, num universo que valoriza a agricultura não mais como modo de vida, mas associada a diversas formas de lazer, quando não ela própria, se torna uma atividade recreativa. No Brasil, Giuliani (1990) faz referência aos neururais, que em sua visão são produto de transformações que guardam certas similaridades com os mesmos processos indicados na Europa.

Além de Giuliani (1990), autores como Abramovay (2003), Veiga (2002), Wanderley (2003) e Carneiro (2003) têm tido condições de estabelecer diálogo freqüente com autores europeus, pois desenvolveram pesquisas fora do Brasil.

Em nosso país, a perspectiva da “urbanização do campo”, tributária principalmente de certas tradições marxistas, tem sido marcante na academia, principalmente com Graziano da Silva (1999), que aponta o já tão debatido “novo rural brasileiro”. Até mesmo autores tão distantes de Graziano, como Martins (2000)⁵, se referem à modernização ou “modernidade inconclusa” em nossa sociedade. Nela persiste a propensão a pensar o rural como “urbano incompleto”.

Porém o novo rural brasileiro também poderia ser chamado de “novo urbano”, ao contrário de na França, na qual os processos recentes acionam relações sociais rurais, muitas delas claramente com vínculos que remetem aos símbolos em torno do campesinato e da origem camponesa.

A ruralidade como imagem é pensada no Brasil por Silvana De Paula (2001), que trabalha com a idéia de rural como categoria analítica e visualiza ambivalências, valores simultâneos que envolvem a construção de ruralidades no contexto urbano. Rural e ruralidades aparecem no texto de Silvana como porta de entrada para a construção de uma realidade, pois o “country” do interior de São Paulo, por ela

⁴ Desenvolvimento é outra noção que passou por amplo processo de ressignificação e reconstrução, ligado à revalorização do meio ambiente. Sendo assim, tal noção não é portadora apenas de uma dimensão econômica. Vem sendo cada vez mais utilizada no sentido de ressaltar as dimensões ambiental e social, ambas ligadas à qualidade de vida mais do que apenas à acumulação de riquezas. O desenvolvimento rural, longe de ser aquele que apenas leva infra-estrutura ao campo, inclui claramente iniciativas fundamentais como, por exemplo, a condução de projetos de educação ambiental dentro e fora do ambiente escolar.

⁵ É preciso sublinhar a forte influência da obra de Henri Léfèbvre em Martins (2000).

Artigo encaminhado para publicação em abril de 2008.

Artigo aceito para publicação em maio de 2008

estudado, faz referência ao rural, porém trata-se de um rural idealizado, desvinculado da prática social, em que há o distanciamento entre imagem e realidade. Assim como a festa junina, o “country” no Brasil constitui-se imagem urbana do rural, ou uma ruralidade como imagem. É uma representação como experiência vivida e deslocada do espaço ao qual a imagem originalmente se refere (o passado no oeste dos Estados Unidos).

A partir desta discussão que põe em questão mais radicalmente as possibilidades de construção da realidade através de imagens, o rural passa a ser encarado como “narrativa”, na qual os atores sociais são produtores não apenas do rural, mas da imagem de ruralidade. Aqui volta a destacar-se a abordagem de Roberto Moreira (2002) na qual os termos “narrativa” e “projeto” se encontram em plena confluência, ligados ao rural como construção da modernidade. Moreira sublinha um rural idealizado europeu e o insere dentro de um modelo de narrativa próprio da modernização ocidental, que se tornara dominante. Desta forma, coloca a questão da identidade de maneira mais filosófica do que antropológica e afirma que as identidades são multifacetadas – o rural e o urbano podem estar presentes no mesmo ator social; o indivíduo ou grupo social pode ter elementos em sua identidade originários de contextos culturais (ou ordens simbólicas) distintos, porque a identidade não é algo acabado e se forja numa relação de alteridade (Moreira, 2002).

Tal perspectiva vai além de encarar apenas que atores urbanos produzem elementos urbanos no meio rural. Admite que atores rurais podem produzir elementos urbanos no meio rural, embora o primeiro caso tenha sido aquele que reproduziu e ampliou a força da representação hegemônica do rural, associado ao amplo projeto da modernidade (modernidade encarada não apenas como período da história, mas como experiência de vida). Vale destacar ainda que, no caso estudado por De Paula (2001), atores urbanos também produzem manifestações do rural (ou ruralidades) no meio urbano.

Considerações Finais

Sendo assim, com apenas estes autores citados como amostra, poderemos futuramente começar a mapear como a categoria ruralidade vem sendo teoricamente construída no Brasil. Enquanto Giuliani (1990), por exemplo, se baseia em espaço e produção para falar de ruralidades, se preocupa com as relações sociais e com a comparação entre as estruturas brasileira e francesa, De Paula (2001)

se refere a universos simbólicos produzidos sobre a noção de rural e não se apóia em dados concretos, demográficos ou ocupacionais. Estes dois autores se utilizam das categorias rural e ruralidade como analíticas (interpretando-as conforme um sentido teoricamente consistente), embora não seja possível deixar de tratá-las totalmente como operatórias, devido a seu profundo comprometimento com o uso no senso-comum, como já apontado anteriormente. Carneiro (2003) ressalta que pensar rural e ruralidade operatoricamente não exclui um esforço analítico, mas há predominância de um ou de outro sentido em cada autor.

Por fim, pode-se buscar um esforço de organizar as múltiplas perspectivas dos autores aqui apresentados em função das dimensões de conhecimento das categorias em foco, tal como enunciado na introdução do presente texto. Tradicionalmente, em autores clássicos da sociologia rural como Sorokin et al (1981, texto original de 1930), além de Léfèbvre (1970) e Mendras (1969), a dimensão ontológica do rural como categoria é colocada em maior evidência. O mesmo talvez possa ser afirmado a respeito de longa lista que inclui desde Pongratz (1990) até Graziano da Silva (1999), este último com suas análises estatísticas que fundamentam a dinâmica entre rural e urbano e acabam exercendo a função de preencher o conteúdo destes adjetivos. Isto porque, como já se afirmou através de Corrêa (2002), a dimensão ontológica revela a busca pela natureza do rural, e tais autores a ele fazem referência como recorte que reúne características que o diferenciam de outras áreas ou modos de vida não-rurais.

Robert Redfield (1956), parece ter sido um dos primeiros autores a destacar a dimensão metodológica da categoria rural, assim como Rambaud (1969) ainda que muito modestamente, frente ao relevo que esta adquire nas análises de Mormont (1989), Remy (1989) e Carneiro (2003). Nestes últimos também a dimensão epistemológica ganha maior relevância, embora Moreira (2002) e De Paula (2001), talvez sejam os autores que mais destacam esta última dimensão não apenas do rural, mas também da ruralidade.

Os grandes avanços teóricos em torno do tema demonstram, portanto, que “rural” como categoria isolada nada explica. É uma construção que descreve e pode servir de base a explicações nela apoiadas, que estarão condicionadas por um discurso, encaixadas em uma visão de algum agente social específico. De qualquer modo, frente ao desenvolvimento teórico de tão rica literatura, a categoria rural

não mais tenderá a ser utilizada como algo que qualifica um espaço, mas sim como qualidade de relações sociais no mesmo / do mesmo. Por sua vez, a categoria ruralidade expressa um rural maleável, um rural verdadeiramente moldado socialmente, que tende a estar o mais distante possível das “naturalizações” que tanto marcaram o pensamento social antes de um movimento crítico na busca de bases não apenas metodológicas, mas também epistemológicas, informadas pela “crítica da cultura” da Escola de Frankfurt ou pelo debate sobre a modernidade, detonado com o pós-modernismo e a possibilidade de construção de uma ciência pós-moderna.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *O Futuro das Regiões Rurais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. 149p.
- BODENSTEDT, A. Rural culture – a new concept. *Sociologia Ruralis*, v. XXX-1, 1990. p.34-47
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 322p.
- CARNEIRO, Maria J. T. Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica. In: *El mundo rural: transformaciones y perspectivas à la luz de la nueva ruralidade*. Bogotá. out. 2003. 16p. (mimeo)
- CHAMBOREDON, J. C. Nouvelles formes de l’opposition ville-campagne. In: DUBY, G. (Org.). *Histoire de La France Urbaine – Tome V*. Paris: Du Seuil, 1985. p.557-573
- CORRÊA, Roberto Lobato. *A Região e suas Dimensões de Conhecimento*. Notas sobre palestra proferida no Departamento de Geografia da UERJ, Rio de Janeiro, abr. 2002.
- DE PAULA, Silvana. Quando o campo se torna uma experiência urbana *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 17, out. 2001. p. 33-53.
- GIULIANNI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo de velhos modelos. *Revista Bras. de Ciências Sociais*, n. 14, ano 5. 1990. p. 59-67
- GRAZIANO DA SILVA. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas: Unicamp – Instituto de Economia, 1999.
- HOBBSAWN, Eric J. e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 325p.

Artigo encaminhado para publicação em abril de 2008.

Artigo aceito para publicação em maio de 2008

ISSN: 1981-9021 – Geo UERJ. Ano 10 - nº 18 - Vol. 1 - 1º semestre de 2008. 14p.

HOGGART, K. e PANIAGUA, A. What Rural Reestructuring?. *Journal of Rural Studies*, n. 17. 2001. p. 6-18.

JOLLIVET, Marcel. Des campagne paysannes au rural vert. In: JOLLIVET, M. (Org.). *Vers un Rural Postindustriel*. Paris: L'Harmattan, 1997.

KAYSER, Bernard. *Ils Ont Choisi La Campagne*. Paris: Editions de L'Aube, 1996.

LÉFÈBVRE, Henri. *Du Rural à L'Urbain*. Paris: Anthropos, 1970.

MARTINS, José de Souza. As Coisas no Lugar. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 9-42

_____. *A Sociabilidade do Homem Simples – cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000. 210p.

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria I. P. de. (Org.). *Sociologia Rural*. RJ: Jorge Zahar, 1969. p.33-61.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação, *Cadernos CPDA – Ruralidades*. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 1. nov. 2002. 38p.

MORMONT, Marc. Vers une Redéfinition du rural. *Recherches Sociologiques*, v. XX, n. 3. 1989. p.331-350.

_____. A la recherché des spécificités rurales In: JOLLIVET(Org.). *Vers un Rural Postindustriel*. Paris: L'Harmattan, 1997.

PONGRATZ, H. Cultural tradition and social change in agriculture. *Sociologia Ruralis*, v. XXX-1, 1990. p. 5-17

RAMBAUD, P. *Société Rurale et Urbanisation*. Paris: Seuil, 1969.

REDFIELD, Robert. *The Little Comunity and Peasant Society and Culture*. Chicago: Midway Reprint, 1956.

REMY, Jean. Pour une sociologie du rural ou lê statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux. *Recherches Sociologiques*, v. XX, n. 3. 1989. p. 265-276.

RUA, João. Urbanização rural ou novas ruralidades? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 15., Goiânia, *Comunicações...* Goiânia: UFG, 2000 (a). p.418-420.

- _____. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Marta Foeppe (Orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ/CTC-IGEO-Depto. de Geografia, 2002. p. 27-42
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. 112 p.
- _____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994. 156 p.
- SCHNEIDER, Sergio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Políticas Agrícolas*, v. 3, n. 2. 1998. p.21-54
- SOROKIN, Pitirim et al. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.p.138-169
- VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias*. São Paulo: Autores Associados, 2002.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A Ruralidade no Brasil Moderno - por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARACCA, Norma (Org.). *¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: Clacso, 2003. 384 p. p. 31-44.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 437 p.